

A emergência do “velho” na cidade - reconfigurações sociais e transformações demográficas nas cidades portuguesas

*Paulo Machado*¹

Resumo

Na abordagem mais frequente do envelhecimento da sociedade portuguesa, os territórios urbanos, as suas reconfigurações sociais e transformações demográficas, têm sido preteridos em favor de níveis territoriais de análise concelhios, distritais e regionais.

Consequência de uma persistente falta de informação estatística sobre a delimitação administrativa “cidade”, mas também de uma predisposição conceptual que tende a favorecer a abordagem do envelhecimento dos territórios mais vastos, designadamente rurais, são raros os trabalhos que se dedicam ao envelhecimento e velhice nos meios urbanos.

A comunicação beneficia da disponibilização (recente) de dados sócio-demográficos à escala urbana, e traça o quadro social do envelhecimento das cidades portuguesas, tomando como arco temporal da análise a última década, discorrendo-se sobre alguns dos feixes problemáticos que podem gizar-se para melhor conhecer e compreender os “velhos” das cidades portuguesas.

Na análise, destaca-se a cidade de Lisboa, cenário da maior concentração de idosos em território português, e enquanto a capital europeia (dos 15) mais envelhecida na actualidade.

Índice

1. Urbanização Planetária.....	132
1.1. O envelhecimento populacional urbano: uma mudança social desafiadora.....	133
2. Envelhecimento demográfico das cidades.....	135
2.1. O envelhecimento das cidades portuguesas: Uma década de transformações.....	
2.2. Notas metodológicas resumidas	
2.3. Principais resultados e breves considerações	

1. Urbanização planetária

A massificação urbana à escala mundial, acentuada nos últimos 50 anos, fenómeno que os dados disponíveis tornam evidente (cfr. Tabela 1), ainda que com uma dinâmica que a muitos surpreende, coloca à comunidade científica velhas perplexidades e novos desafios.

Tabela 1	População Urbana (%)			
	1950	1975	2000	2030
Mundo	29,8	37,9	47,2	60,2
Regiões mais desenvolvidas	54,9	70,0	75,4	82,6
Regiões menos desenvolvidas	17,8	26,8	40,4	56,4

Fonte: Adaptado de United Nations Population Division, World Urbanization Prospects: The 2001 Revision

¹ Sociólogo. LNEC – Núcleo de Ecologia Social

Com uma taxa de crescimento anual médio de 1,75%, a população humana passou de 2,52 biliões em 1950 para mais de 6 biliões no início deste terceiro milénio. Todavia, no mesmo período o crescimento anual médio da população a residir em aglomerados urbanos registou um ritmo bem mais acelerado (2,68%), fazendo com que a população das cidades representasse, em 2000, cerca de 47% da população total.

Da comparação entre as regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas do planeta² resulta a constatação de que a urbanização se intensificou nestas últimas (com um crescimento de 3,73%, contra 1,40% nas primeiras), projectando-se, pelo menos até 2030, um crescimento urbano muito intenso em ambas as regiões, de tal modo que no início da terceira década deste século 60% da população mundial viverá em cidades, diminuindo-se a diferença entre os chamados países ricos e países pobres no que à massificação urbana respeita.

Será consensual que a urbanização das sociedades tem significados e impactes diversificados em função dos complexos histórico-geográficos em que se manifesta, mas as velhas perplexidades que este fenómeno suscita aparentam ter alguns denominadores comuns. Para além da interrogação etológica sobre a capacidade adaptativa do homem ao ambiente por ele próprio moldado - para a etologia humana, o talhe filogenético da nossa subespécie não se concilia com a urbanidade que impusemos a nós próprios -, subsistem fundadas dúvidas, que se constituem em desafios, sobre a capacidade de garantir a humanização do espaço urbano, conhecendo de antemão os colossais desafios que a massificação urbana impõe às sociedades. Pense-se, por exemplo, nos desafios da sustentabilidade ecos sistémica e do desenvolvimento económico, num quadro de saturação dos recursos vitais e dos custos económicos marginais decorrentes da concentração de pessoas e bens. As crónicas triunfalistas sobre o potencial financeiro, económico e tecnológico das grandes aglomerações humanas da actualidade e sobre as emergentes megalópoles asiáticas (para citar um exemplo, pense-se no sistema regional metropolitano de Hong Kong-Shenzhen-Cantão-delta do rio das Pérolas-Macau-Zuhai) não fazem esquecer o carácter resistente da pobreza e da desumanização, e de contradizer a relação directa e inequívoca entre crescimento urbano e desenvolvimento social e humano.

1.1. O envelhecimento populacional urbano: uma mudança social desafiadora

As profundas mudanças ocorridas ao longo do último século, que transformaram a paisagem urbana e modificaram as suas instituições e os actores sociais, os quadros e os processos de acção, exigem hoje novas respostas para desafios talvez não muito diferentes dos que as políticas urbanas enfrentaram nos seus primórdios. A vitalização e a humanização urbanas não são preocupações novas, mas são actualíssimas. O que claramente se alterou, num tempo social e cronológico não muito dilatado – suscitando perplexidades e manifestas dificuldades de adaptação política e procedimental –, foram os quadros de acção.³ No contexto da nossa pesquisa, sublinha-se a mudança demográfica que conduziu a um envelhecimento populacional dos centros urbanos e a um rejuvenescimento (de algumas) das suas periferias.

A questão social do envelhecimento das cidades decorre, desde logo, do facto do paradigma urbano ser tributário de valores vincadamente humanizadores, mas refém de uma realidade madrastra no que respeita à sua plena concretização. Este é um paradoxo do crescimento urbano e das sociedades que o protagonizam: a discrepância significativa⁴ entre os padrões sociais e a realidade⁵. É também neste

² *Regiões mais desenvolvidas*: compreende todas as regiões da Europa, América do Norte, Austrália/Nova Zelândia e Japão (ONU, World Population Prospect, 2001).

Regiões menos desenvolvidas: compreende todas as regiões de África, Ásia (excluindo o Japão, América Latina, Caraíbas, Melanésia, Micronésia e Polinésia (ONU, World Population Prospect, 2001).

³ *Regiões mais desenvolvidas*: compreende todas as regiões da Europa, América do Norte, Austrália/Nova Zelândia e Japão (ONU, World Population Prospect, 2001).

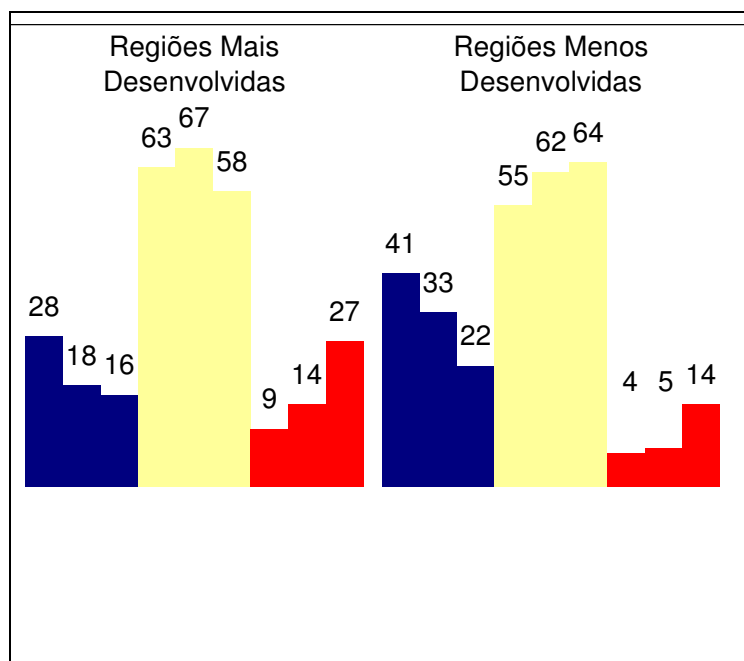
Regiões menos desenvolvidas: compreende todas as regiões de África, Ásia (excluindo o Japão, América Latina, Caraíbas, Melanésia, Micronésia e Polinésia (ONU, World Population Prospect, 2001).

⁴ A expressão discrepância significativa exige uma consideração adicional. Entendemo-la como a parcela que, em cada momento histórico, e diante de cada concreto problema, não é susceptível de aceitação generalizada, ou seja, representa a parte socialmente inaceitável do desvio perante a norma instituída. Significa, portanto, que essa parte

paradoxo que se fundamenta a identificação dos chamados problemas sociais, terreno fértil para a compreensão da produção e da reprodução da vida social, em particular das ordens morais de interacção⁶ (Giddens, 1996), onde se movem os direitos, as obrigações e as reivindicações.

Exemplificando, e no que à problemática do envelhecimento populacional respeita, sob o chapéu da Declaração Política aprovada na II Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento (ONU, 2002), definiram-se objectivos universais relativos à promoção dos direitos humanos respeitantes aos cidadãos mais idosos, à promoção do seu bem-estar, à protecção na doença, à segurança, às condições habitacionais, entre muitos outros que ficaram expressos no ambicioso Plano de Acção. Perante os desafios demográficos mundiais, designadamente a transformação acentuada das suas estruturas (cfr. Figura 1), importará ficarmos atentos às respostas societais que o envelhecimento demográfico sugere, também nas cidades.

Figura 1



Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2001 Revision

2. Envelhecimento demográfico das cidades

As aglomerações urbanas não ficaram de fora da reconfiguração demográfica a que assistimos. Aparentemente, e sobretudo pela importância dos fortes movimentos migratórios, as cidades representaram, durante muito tempo, o crescimento populacional e pareciam incólumes ao envelhecimento das estruturas populacionais, enquanto os campos se esvaziavam e envelheciam, consequência directa da associação entre a quebra da natalidade e o êxodo migratório.

A realidade contemporânea é, porém, bastante diferente – e ao mesmo tempo diversificada. Se as aglomerações urbanas periféricas dos antigos centros urbanos mantêm, em muitos casos, baixos índices de envelhecimento, e por vezes ritmos de crescimento muito acentuados, o mesmo não se passa em relação às cidades-capitais e às cidades com mais história (cfr. Figura 2). Sobretudo, tal não parece estar a acontecer nos “cascos” mais antigos e mais centrais dentro das urbes centenárias.

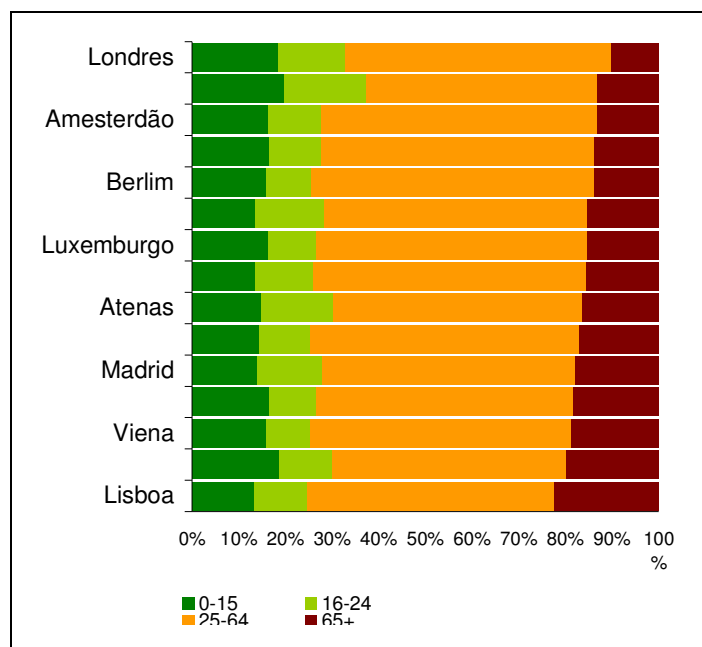
pode variar no tempo e, seguramente, em cada sociedade, mesmo quando se universaliza o enunciado de um problema social.

⁵ MERTON, R. & NISBET, R. – *Contemporary Social Problems*, New York, Harcourt, Brace and World, 1961.

⁶ GIDDENS, A. – *Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Gradiva, 1996.

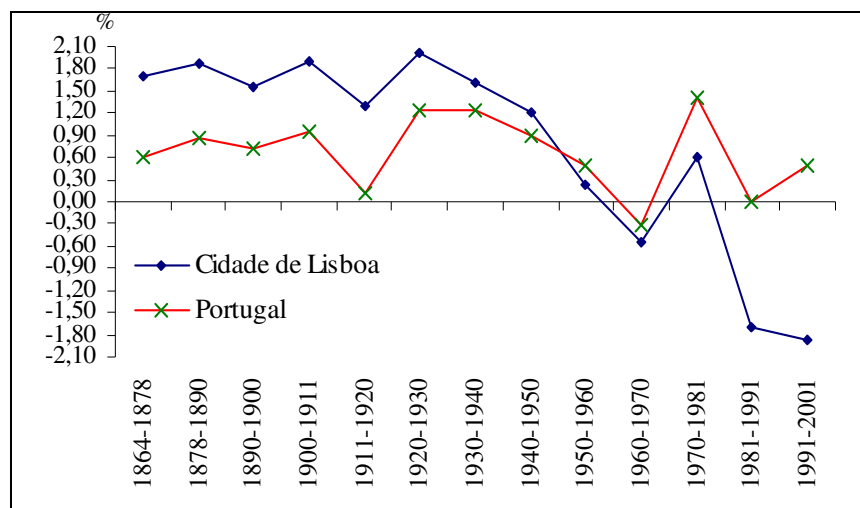
Lisboa testemunhou essa mesma mudança. Conhecendo, desde meados do século XIX – e seguramente muito antes – taxas de crescimento anual médio superiores às do País – a intensidade desse crescimento abrandou significativamente a partir de meados do século passado, e entrou em terreno negativo nas duas últimas duas décadas, em divergência moderada com a situação a nível nacional (cfr. Figura 3).

Figura 2



Fonte: Comissão Europeia (2002) - Inforegio, Urban Audit

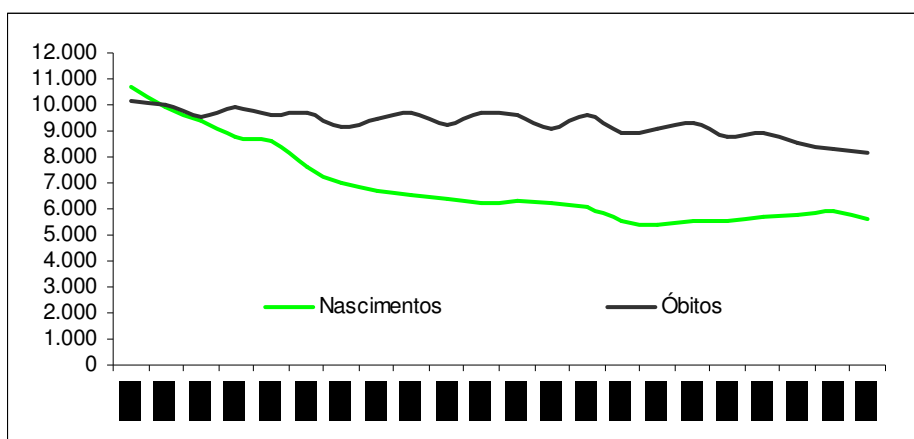
Figura 3



Fonte: INE, Recenseamentos da População

Um dado significativo que ajuda a perceber esta transfiguração releva dos persistentes saldos naturais negativos que Lisboa regista desde 1980 (cfr. Figura 4). Da conjugação entre a perda de dinamismo demográfico, o aumento da esperança de vida e do “travão” à fixação de famílias jovens, em idade de procriar, resultou um envelhecimento que as pirâmides demográficas ilustram (cfr. Figuras 5 a 8).

Figura 4



Fonte: INE, Anuários Demográficos

Figura 5

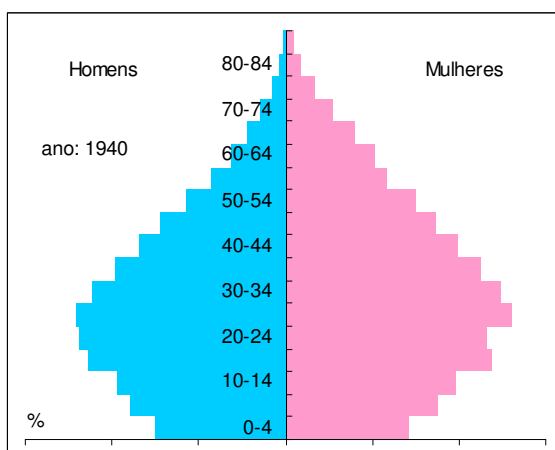


Figura 6

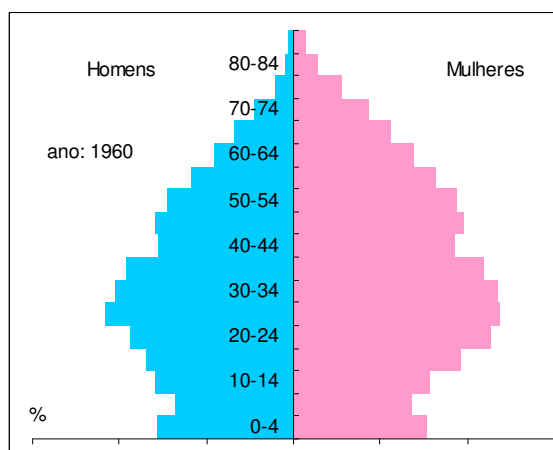


Figura 7

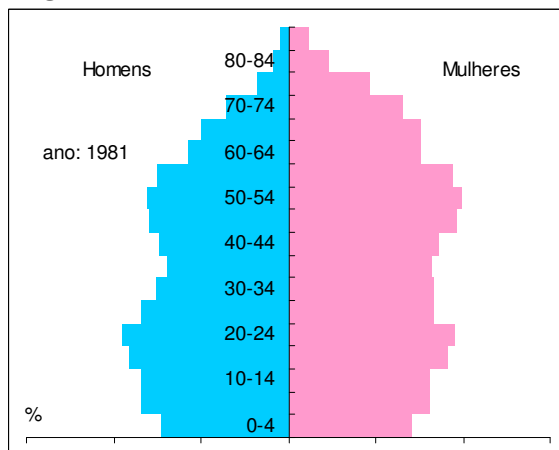
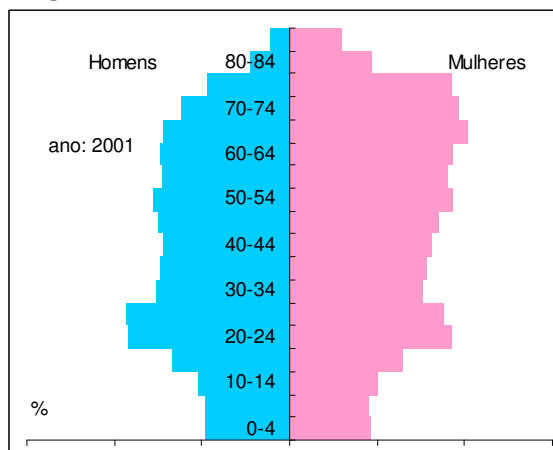


Figura 8



Fonte: INE, Recenseamentos da População

Em pouco mais de meio século, Lisboa viu-se privada de uma parte considerável de população jovem residente (a proporção de moradores com menos de 19 anos decresceu 44%), registou igualmente um decréscimo de população em idade activa (a proporção de moradores com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos variou 7%), mas a proporção de população residente com mais de 65 anos de idade quadruplicou (de 6,2% em 1940 para 23,6% em 2001). Esta “homogeneização” geracional foi particularmente sentida nas

freguesias do centro urbano, mas nas duas últimas décadas a partir daí se espalhou, como se de uma mancha de óleo se tratasse, pelos corredores Central e Ocidental da Cidade.

Ou seja, e para que se compreenda a reconfiguração demográfica desta cidade-capital, sem recorrer às figuras proporcionais e/ou percentuais, em Lisboa residem hoje mais de 133.000 idosos, o que corresponde, grosso modo, ao volume de residentes que a cidade deixou escapar desde 1940. Parte considerável das suas freguesias perdeu diversidade geracional, envelheceu e não apresenta sinais de “retoma” demográfica sustentada.

2.1. O envelhecimento das cidades portuguesas: uma década de transformações

2.1.1. Notas metodológicas resumidas

Nenhuma indicação teórica e/ou empírica leva a supor que as transformações profundas que ocorreram no maior centro urbano do País devam ser entendidas como singulares, ainda que Lisboa (pela sua historicidade, funções políticas e económicas) constitua um *case study* apetecível.

Assim, no âmbito de um trabalho de investigação desenvolvido no LNEC, cujos resultados apenas se afloram, muito resumidamente, no presente artigo, procedeu-se a um estudo exaustivo sobre o conjunto das cidades portuguesas, procurando descortinar as reconfigurações sociais e as transformações demográficas do tecido urbano nacional na última década⁷. Movidos pelo estudo demográfico dessas cidades, desenvolveu-se uma análise interpretativa, com recurso, entre outros instrumentos, a medidas de associação estatística entre os índices de envelhecimento⁸ e um conjunto de 85 variáveis, distribuídas por 7 dimensões de análise (biografia urbana; território e ocupação espacial; volume; dinâmica; estrutura [populacionais]; economia; família; edificado).

A operacionalização do modelo de análise considerou, adicionalmente, duas categorizações: a localização geográfica das cidades (por NUTSII) e o período de elevação⁹, sendo que esta possibilitou a exploração das diferenças entre as cidades (análises de variância a um factor nominal).

2.1.2. Principais resultados e breves considerações

A heterogeneidade do tecido urbano português, do ponto de vista da sua “idade” (data de elevação), dimensão (perímetro) e volume populacional é um primeiro dado a reter¹⁰. Das actuais 134 cidades, onde se encontrava 38% da população residente em Portugal em 2001¹¹, cerca de ¼ existiam já em finais do século

⁷ Os dados estatísticos foram colhidos no *Atlas das Cidades de Portugal*, INE, 2002. Trata-se de uma publicação pioneira, que reúne informação estatística sobre as 134 cidades do País e sobre as duas Áreas Metropolitanas (Lisboa e Porto). O conceito de cidade estatística utilizado na publicação “dá corpo a uma visão do território na qual a área assim definida constitui um espaço urbano coerente cuja centralidade e coesão advém do facto de concentrar a maior parte das actividades, dos empregos e das funções urbanas do município” (da Metodologia). Este recorte conceptual não esgota o universo de centros urbanos (se os entendermos como aqueles que reúnem um efectivo populacional com, pelo menos, 10.000 habitantes). Menos ainda se poderá pensar que o modo de vida urbano se confina a 134 cidades ou aos aglomerados urbanos.

⁸ O Índice de Envelhecimento corresponde à relação entre o número de idosos (população com 65 e mais anos) e o de jovens (população com menos de 15 anos), por cada 100 indivíduos.

⁹ A operacionalização desta variável foi efectuada do seguinte modo: *cidades históricas* – com uma data de elevação anterior ao século XX; *cidades do século XX* (aglomerados que passaram a cidade entre 1900 e 1982) e *cidades novas* (cuja elevação se fez posteriormente a esta data e ao abrigo da Lei 11/82, de 2 de Junho). Na categoria das *cidades históricas* entram todas as capitais de distrito (com excepção de Vila Real, elevada a cidade em 1925), as cidades-capitais das Regiões Autónomas (incluindo Horta e Ponta Delgada) e um conjunto de 12 outras cidades (Covilhã, Elvas, Figueira da Foz, Guimarães, Lagos, Lamego, Mirando do Douro, Penafiel, Pinhel, Silves, Tavira e Tomar). A reduzida categoria *cidades do século XX* é composta por aglomerados urbanos muito diversificados, do ponto de vista da sua localização, funções e dimensão. A categoria *cidades novas* engloba, fundamentalmente, os núcleos urbanos emergentes (ligados à suburbanização das grandes metrópoles) e cidades (de menor dimensão) endossadas pelo poder político, em face de reiteradas reivindicações locais.

¹⁰ Uma excelente síntese retrospectiva e explicativa desta heterogeneidade foi esboçada por Henrique Albergaria no artigo “A Dinâmica Populacional das Cidades do Continente Português”, Revista de Estatística, 2º Quadrimestre, Lisboa, INE, 1999.

¹¹ Este número contraria a ideia feita de um País “urbano”. Mesmo quando se utiliza o critério demográfico (aglomerados com mais de 10.000 habitantes) a percentagem não sofre alterações dignas de registo.

XIX – e destas, algumas já antes da sua fundação. Em quase cem anos (durante o século XX, até 1982) foram elevadas à condição de cidade apenas 12 aglomerados. Nas últimas duas décadas, 89 dos actuais aglomerados urbanos atingiram a “cidadania”. Daqui resulta que um País com uma soberania de mais de oito séculos tem um tecido urbano com uma idade média de 130 anos, com uma ampla maioria (66%) de cidades muito recentes. Este estatuto parece ter sido revalorizado na história portuguesa recente.

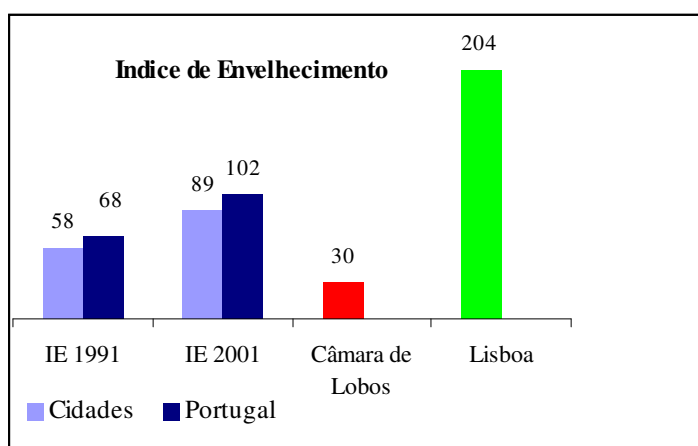
As cidades, maioritariamente (52%) localizadas a Norte do Tejo, têm uma escassa dimensão espacial (em média, 13,3 km²), um reduzido efectivo populacional (em média, 29.714 habitantes), cuja taxa de variação rondou os 10% na última década. Este valor diminuto, apesar de positivo, esconde que 33 das 134 cidades portuguesas perderam população entre 1991 e 2001.

Os índices de influência espacial e influência populacional¹² – correspondentes, respectivamente, ao peso territorial e demográfico da cidade no município a que pertencem – apresentam valores divergentes. A influência espacial é reduzida (em média estas cidades não representam mais de 11% do território municipal de que fazem parte), e o valor médio obtido para o índice de convergência urbana (44%)¹³ deixa igualmente supor que alguns dos perímetros urbanos (sobretudo das cidades mais recentes) se vão alargando às freguesias periféricas como se de um processo (lento e) gradual de invasão/sucessão se tratasse, ocupando-as parcialmente (num primeiro momento) e posteriormente conquistando-as por completo. Já a influência populacional é bastante superior (em média, concentram 40% da população residente no município), aparecendo como nichos humanos de territórios progressivamente despovoados.

Neste quadro morfológico e ecológico diversificado, importa perceber como se comporta a nossa variável dependente – o índice de envelhecimento populacional. A evolução registada entre 1991 e 2001 não deixa dúvidas quanto à progressão deste indicador de estrutura populacional (cfr. Figura 9).

Se, em 2001, os valores das cidades (tomadas em conjunto) se mantêm inferiores aos valores de referência (situação nacional), a diferença encurtou-se na última década, já que a variação do índice de envelhecimento observada para as cidades foi de 53,4% (contra 50,2% em Portugal). De resto, das 134 cidades estudadas, 44 delas apresentavam em 2001 índices de envelhecimento superiores à média nacional, mas já em 1991 outras tantas (e não necessariamente as mesmas) superavam o valor de referência nacional. O aumento do volume proporção de idosos nos centros urbanos afigura-se “mascarado” pelos movimentos pendulares e pelo frenesim (sobretudo terciário) das urbes, mas insidiosamente vai moldando a sua estrutura social.

Figura 9



¹² Estes índices permitem aferir indirectamente o que representa um determinado aglomerado urbano no contexto municipal em que se integram. Um valor igual a 100 (casos de Lisboa, Porto, Amadora, S. João da Madeira, entre outros) significa que a sua influência (territorial ou populacional) é máxima, correspondendo a todo o território municipal, ou reunindo toda a sua população residente.

¹³ O índice de convergência exprime, para cada cidade, a percentagem dos territórios (das freguesias que a compõem) integrados no perímetro urbano. Apenas 21 das 134 cidades portuguesas são formadas pela área total das freguesias “urbanas”. A maioria é assim constituída por uma ou duas freguesias-sede e por fragmentos das que as rodeiam.

As cidades portuguesas envelhecem, com Lisboa a encabeçar, destacadamente, uma lista bastante heterogénea (o coeficiente de variação é de 37%). Essa heterogeneidade não é, contudo, errática, dado que existe um padrão de envelhecimento muito associado às diferenças regionais em termos de estruturas demográficas. Ou seja, as cidades do Sul - entre as 10 cidades mais envelhecidas, 8 estão situadas a Sul do Tejo - e as cidades do Interior apresentam valores mais elevados neste indicador do que as cidades do Norte e do Litoral. Estes dados consolidam a ideia de uma relação entre o centro urbano e o seu *hinterland* regional, ou seja, de uma não independência entre a cidade e o campo. Por outras palavras, o fenómeno urbano parece não se dissociar do contexto territorial que politicamente protagoniza.

Tabela 2 - Matriz de correlações: nível nacional

	Índice de envelhecimento		2001
área da cidade em km2	r		0,248
	p		0,004 **
área do concelho em km2	r		0,265
	p		0,002 **
ano de elevação a cidade	r		-0,232
	p		0,007 **
população residente na cidade em 2001	r		0,268
	p		0,002 **
taxa de variação populacional entre 1991/2001	r		-0,446
	p		0,000 **
saldo natural total de 1992 a 2001	r		-0,482
	p		0,000 **
saldo migratório	r		-0,426
	p		0,000 **
idade média dos indivíduos em 2001	r		0,971
	p		0,000 **
taxa de renovação da população activa feminina	r		-0,675
	p		0,000 **
taxa de renovação da população activa masculina	r		-0,642
	p		0,000 **
variação nos índices de dependência de idosos entre 1991 e 2001	r		0,606
	p		0,000 **
1º envelhecimento	r		-0,454
	p		0,000 **
2º envelhecimento	r		0,486
	p		0,000 **
3º envelhecimento	r		0,196
	p		0,024 *
variação do número de famílias clássicas entre 1991/2001	r		-0,544
	p		0,000 **
índice de influência urbana (espacial)	r		0,187
	p		0,030 *
índice de influência urbana (populacional)	r		0,328
	p		0,000 **
índice de crescimento urbano	r		-0,416
	p		0,000 **
índice de terciarização	r		0,250
	p		0,004 **
licenças para construções novas entre 1996/2000	r		-0,340
	p		0,000 **

* Correlações significativas para $p < a 0.05$

** Correlações significativas para $p < a 0.01$

Outras conclusões da análise efectuada, apoiadas pelos dados disponíveis nas Tabelas 2 e 3, podem ser resumidas nos seguintes termos:

1. Em Portugal, as cidades com mais história (i.e., mais antigas), de maior dimensão, mais populosas, pertencentes a municípios com maior área, apresentam índices de envelhecimento mais elevados;
2. Correlacionam-se ainda positivamente com o índice de envelhecimento os índices de dependência dos idosos, a idade média dos indivíduos, os índices de influência urbana (espacial e populacional) e o índice de terciarização¹⁴;
3. Os indicadores demográficos correlacionados negativamente com a variável dependente são a taxa de variação populacional (entre 1991/2001), a taxa de variação do número de famílias clássicas (entre 1991/2001), o saldo natural na década de 90, o saldo migratório para o mesmo período, e os índices de crescimento urbano (dinâmica construtiva, licenciamento) na segunda metade da década de 90.

Estes resultados legitimam a conclusão sobre a forte associação das mudanças demográficas urbanas

¹⁴ Este índice combina, com ponderações diferentes, os seguintes indicadores: índice de dimensão empresarial (0,3), índice de qualificação académica (0,4) e taxa de terciarização (0,3).

às características históricas e de inserção e influência territorial, ao dinamismo estrutural demográfico, designadamente a capacidade de atracção populacional, ao crescimento urbano (entenda-se, do edificado), que no conjunto acompanham (e parcialmente explicam), na última década, o aumento efectivo (de 479.82 para 612.508, ou seja, +133.426) e proporcional (de 12,5% para 15,4%) da população urbana com 65 e mais anos de idade.

Contudo, é necessário sublinhar que o índice de envelhecimento é mais elevado quando é maior a percentagem dos idosos que têm uma idade superior a 75 anos (2º e 3º envelhecimentos), mas é menor quando o 1º envelhecimento (entre os 65 e os 74 anos de idade) tem maior expressão. Ou seja, o alongamento da esperança de vida dos idosos e os efeitos das variações das cortes geracionais poderão determinar que os índices de envelhecimento ainda mais se acentuem nas próximas décadas.

Interessa compreender o alcance destes resultados a nível regional (cfr. dados da Tabela 3).

Tabela 3 - Matriz de correlações: nível regional

	IE 2001	Lx e V. T. (N = 30)	Centro (N = 24)	Algarve (N = 11)	Alentejo (N = 12)	Norte (N = 46)	Reg. A. (N = 11)
área da cidade em km2	r	0,603	0,348 *	-0,029	-0,349	0,234	-0,215
	p	0,000 **	0,096	0,933 ns	0,267 ns	0,118 ns	0,525 ns
ano de elevação a cidade	r	-0,621	0,153	-0,695	0,408	-0,387	-0,191
	p	0,000 **	0,475 ns	0,018 **	0,188 ns	0,008 **	0,573 ns
população residente na cidade em 2001	r	0,529	0,018	-0,040	-0,406	0,389	-0,112
	p	0,003 **	0,934 ns	0,907 ns	0,191 ns	0,007 **	0,743 ns
índice de influência urbana (espacial)	r	0,407	0,354	-0,324	-0,056	0,341	-0,184
	p	0,025 *	0,090 ns	0,331 ns	0,862 ns	0,020 *	0,587 ns
índice de influência urbana (populacional)	r	0,508	0,282	0,000	-0,442	0,418	-0,446
	p	0,004 **	0,182 ns	1,000 ns	0,150 ns	0,004 **	0,169 ns
taxa de variação populacional entre 1991/2001	r	-0,732	-0,695	-0,855	0,090	-0,432	-0,636
	p	0,000 **	0,000 **	0,001 **	0,780 ns	0,003 **	0,035 *
taxa de variação do número de famílias clássicas entre 1991/2001	r	-0,719	-0,721	-0,834	-0,165	-0,497	-0,743
	p	0,000 **	0,000 **	0,001 **	0,607 ns	0,000 **	0,009 **
dimensão média das famílias em 2001	r	-0,781	-0,210	-0,221	-0,723	-0,739	-0,923
	p	0,000 **	0,325 ns	0,514 ns	0,008 **	0,000 **	0,000 **
diferença observada nos índices de envelhecimento entre 1991 e 2001	r	0,795	0,931	0,887	0,495	0,890	0,852
	p	0,000 **	0,000 **	0,000 **	0,102 ns	0,000 **	0,001 **
relação de masculinidade da população idosa residente nas cidades em 2001	r	-0,355	0,098	0,020	0,006	-0,454	-0,090
	p	0,049 *	0,650 ns	0,953 ns	0,985 ns	0,002 **	0,792 ns
índice de dependência de jovens em 2001	r	-0,712	-0,815	-0,792	-0,618	-0,764	-0,801
	p	0,000 **	0,000 **	0,004 **	0,032 *	0,000 **	0,003 **
idade média dos indivíduos em 2001	r	0,963	0,994	0,981	0,985	0,976	0,976
	p	0,000 **	0,000 **	0,000 **	0,000 **	0,000 **	0,000 **
saldo natural total de 1992 a 2001	r	-0,695	-0,465	-0,809	-0,719	-0,395	-0,521
	p	0,000 **	0,022 *	0,003 **	0,008 **	0,007 **	0,101 ns
saldo migratório de 1992 a 2001	r	-0,736	-0,351	-0,331	0,003	-0,508	-0,064
	p	0,000 **	0,093 ns	0,320 ns	0,992 ns	0,000 **	0,853 ns
licenças para construções novas 1996/2000	r	-0,674	-0,302	-0,203	-0,049	-0,291	-0,109
	p	0,000 **	0,151 ns	0,550 ns	0,880 ns	0,050 *	0,750 ns
alojamentos familiares vagos em 2001	r	0,421	-0,128	0,472	0,503	0,111	0,019
	p	0,021 **	0,550 ns	0,143 ns	0,095 ns	0,463 ns	0,955 ns
1º envelhecimento	r	-0,474	-0,236	-0,620	-0,451	-0,455	-0,509
	p	0,008 **	0,267 ns	0,042 *	0,141 ns	0,001 **	0,110 ns
2º envelhecimento	r	0,572	0,234	0,369	0,473	0,487	0,439
	p	0,001 *	0,272 ns	0,264 ns	0,120 ns	0,001 **	0,177 ns
3º envelhecimento	r	0,160	0,119	0,679	0,239	0,177	0,421
	p	0,398 ns	0,581 ns	0,022 *	0,455 ns	0,240 ns	0,197 ns
Taxa de renovação da população activa masculina	r	-0,707	-0,644	-0,727	-0,378	-0,757	-0,877
	p	0,000 **	0,001 **	0,011 **	0,225 ns	0,000 **	0,000 **
taxa de renovação da população activa feminina	r	-0,713	-0,577	-0,876	-0,642	-0,726	-0,781
	p	0,000 **	0,003 **	0,000 **	0,025 *	0,000 **	0,005 **
índice de desenvolvimento urbano	r	-0,755	-0,638	-0,836	-0,094	-0,373	-0,644
	p	0,000 **	0,001 **	0,001 **	0,772 ns	0,011 **	0,033 *
índice potencial de desenvolvimento urbano	r	0,478	-0,146	0,258	-0,169	0,469	0,610
	p	0,008 **	0,497 ns	0,443 ns	0,599 ns	0,001 **	0,046 *

* Correlações significativas para $p < 0,05$

** Correlações significativas para $p < 0,01$

Como se referiu anteriormente, o modelo de análise gizado considerou uma categorização regional, operacionalizada através da localização geográfica das cidades (por NUTSII). Retomando os termos de caracterização das alíneas precedentes, eles não se manifestam por igual em todo o território nacional. Assim, os resultados foram sobretudo obtidos à custa das cidades de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte (cfr. Figura 10), indiciando significativas diferenças regionais que não podem ser subestimadas, quer do ponto descritivo e analítico, quer do ponto de vista da intervenção urbana.

Figura 10 – Identificação das correlações significativas entre o índice de envelhecimento em 2001 e alguns dos indicadores eleitos, por NUTS II

área da cidade em km2	Lx e V.T.					
ano de elevação a cidade	Lx e V.T.		Algarve		Norte	
população residente na cidade em 2001	Lx e V.T.				Norte	
índice de influência urbana (espacial)	Lx e V.T.				Norte	
índice de influência urbana (populacional)	Lx e V.T.				Norte	
taxa de variação populacional entre 1991/2001	Lx e V.T.	Centro	Algarve		Norte	R. Aut.
taxa de variação do número de famílias clássicas entre 1991/2001	Lx e V.T.	Centro	Algarve		Norte	R. Aut.
dimensão média das famílias em 2001	Lx e V.T.			Alentejo	Norte	R. Aut.
diferença observada nos índices de envelhecimento entre 1991 e 2001	Lx e V.T.	Centro	Algarve		Norte	R. Aut.
relação de masculinidade da população idosa residente nas cidades em 2001	Lx e V.T.				Norte	
índice de dependência de jovens em 2001	Lx e V.T.	Centro	Algarve	Alentejo	Norte	R. Aut.
idade média dos indivíduos em 2001	Lx e V.T.	Centro	Algarve	Alentejo	Norte	R. Aut.
saldo natural total de 1992 a 2001	Lx e V.T.	Centro	Algarve	Alentejo	Norte	
saldo migratório de 1992 a 2001	Lx e V.T.				Norte	
licenças para construções novas 1996/2000	Lx e V.T.				Norte	
alojamentos familiares vagos em 2001	Lx e V.T.					
1º envelhecimento	Lx e V.T.		Algarve		Norte	
2º envelhecimento	Lx e V.T.				Norte	
3º envelhecimento			Algarve			
Taxa de renovação da população activa masculina	Lx e V.T.	Centro	Algarve		Norte	R. Aut.
taxa de renovação da população activa feminina	Lx e V.T.	Centro	Algarve	Alentejo	Norte	R. Aut.
índice de desenvolvimento urbano	Lx e V.T.	Centro	Algarve		Norte	R. Aut.
índice de terciarização	Lx e V.T.				Norte	R. Aut.

A associação entre os indicadores estudados e o índice de envelhecimento prevalece menos (independentemente da intensidade observada) nas cidades do Centro, Algarve e Regiões Autónomas, e menos ainda nas cidades do Alentejo. Estes resultados não legitimam opções de política urbana generalizadoras, nem são tranquilizadores quanto ao futuro desenvolvimento de muitas das cidades portuguesas.

A apreciação dos dados obtidos, considerada a categorização do tipo de cidade (operacionalizada pelo ano de elevação), resulta nas seguintes considerações adicionais (suportadas por diferenças estatisticamente significativas)¹⁵:

1. As *cidades históricas* (N=33) distinguem-se, na generalidade dos indicadores considerados, das *cidades novas* (N= 89), como se de duas realidades urbanas se tratasse;
2. As *cidades do século XX* (N=12), com uma população média na ordem dos 42.000 habitantes, parecem corresponder, de acordo com os atributos estudados, a um patamar intermédio (híbrido e pouco nítido) entre as *históricas* e as *novas*, ainda que tendencialmente mais próximo das primeiras;
3. As *cidades históricas* têm um perímetro urbano mais dilatado, integram-se em municípios com maior área (mas não necessariamente mais populosos), apresentam um volume populacional médio superior (e com um índice de influência populacional mais acentuado), maiores índices de envelhecimento – que já se observavam no início da década de 90 – e com maior proporção de muito idosos, um mais acentuado desequilíbrio entre géneros na população idosa, uma relação de dependência (idosos/activos) menos favorável, com menor capacidade de renovação da sua população activa, menor dinamismo construtivo e com maiores índices de terciarização;

Recordando que a caracterização do envelhecimento das estruturas demográficas das cidades portuguesas constituía o primeiro objectivo deste texto, os dados convocados levam-nos a concluir pelo esgotamento de um modelo urbano, no sentido do seu fraco dinamismo demográfico, mais acentuado nas *cidades históricas*, sedimentando uma população cada vez mais envelhecida, e sem capacidade de renovação geracional. A terciarização destes aglomerados e a debilidade dos processos de reabilitação e ocupação (com funções residenciais) do edificado mais antigo são tendências da nossa contemporaneidade urbana que acentuam o seu esgotamento populacional, fazendo emergir o peso crescente do número e proporção de idosos residentes nas cidades.

Se é verdade que a mobilidade pendular tende a esbater (nos dias de trabalho, nas horas de maior expediente) esta reconfiguração sócio-demográfica, não é menos relevante sinalizar a necessidade e urgência de se desenvolverem novos modelos de gestão urbana, tomando como orientação possível o enunciado do Plano de Acção aprovado na II Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Envelhecimento. Sobre este desafio político, cultural, científico, técnico, económico e organizacional se discorrerá noutra oportunidade.

¹⁵ A disponibilização da matriz dos resultados da análise de variância efectuada fica prejudicada pelos limites de espaço impostos para a apresentação escrita da presente comunicação.